
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

Fabício Francisco da Silva - 20000084

Gabriel Pimentel Vigo - 20001217

José Reinaldo da Costa Freitas - 20000606

Lisânea Fernanda Francisco Crivelaro - 20001818

Matheus Menin Thomé - 2000389

Patricia Helena Simões - 20000237

Tays Bortoloto Pirola - 21001291

**Capacitação de mediadores perante crianças com
neurodiversidade**

São João da Boa Vista/SP

2022

RESUMO

Este projeto teve como objetivo conscientizar e analisar as possíveis melhorias a serem feitas dentro do ambiente educacional levando em consideração questões sobre inclusão e diversidade. Previu aumentar o repertório dos mediadores e ajudá-los em sua capacitação, a modo de promover um melhor ambiente de estudo, principalmente de crianças com neurodiversidade.

Palavras-chave: inclusão; educação; mediadores; neurodiversidade; capacitação.

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A publicação da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência fez com que houvesse uma reflexão acerca da inclusão dessas pessoas nas escolas, onde tem sido marcada pela rejeição e segregação (Faria; Camargo. 2018). Essas atitudes ocorrem por conta do despreparo que a educação possui ao receber crianças e adolescentes nessa condição pela falta de estrutura do ambiente, do conhecimento dos professores e funcionários da educação.

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, dentro das instituições ocorre o processo de aumentar o desfavorecimento dos desfavorecidos, e o favorecimento dos favorecidos, o que acaba contribuindo para perpetuar as desigualdades no contexto estudantil. Pessoas com deficiência acabam ficando em desvantagem quando o meio não está apto o suficiente para recebê-las e lidar com suas subjetividades, sendo obrigadas a conviver com a indiferença velada.

Ainda que a lei tenha favorecido o acesso e a estabilidade dos estudantes com deficiência ou neurodiversidade dentro do sistema regular de ensino, a maioria das escolas ainda enfrentam dificuldades na concretização da inclusão, isso ocorre pela falta de formação específica e despreparo dos professores (Faria; Camargo, 2018 apud Tavares; et al, 2012) Por isso, é indispensável abordar questões de inclusão nos cursos de graduação em pedagogia para que quando formados, os professores se sintam seguros ao lidar com um aluno que careça de necessidades educacionais especiais.

Os mediadores escolares surgiram no Brasil por volta dos anos 2000 para amparar crianças que precisavam de auxílio dentro da sala de aula. Estes mediadores na teoria são orientados pelos profissionais que acompanham a criança em terapias de apoio, reunindo assim trocas com a escola (Mousinho; et al, 2010). Contudo, na

realidade os mediadores que em sua maioria são estagiários contratados pela prefeitura municipal das cidades, não possuem nenhum auxílio por parte da escola.

Apesar do mediador ser uma figura no ambiente educacional garantido por lei, não existe precisão quanto a função deste profissional. Para que os objetivos do mesmo fique claro é necessário investir em ações, capacitação didática e sistemática para que possam se aprimorar e evitar condutas impróprias (Mousinho; et al, 2010).

No atual cenário educacional brasileiro, existe uma taxa relativamente baixa de professores e educadores verdadeiramente capacitados para atuar em cenários de neurodiversidade no contexto escolar. Isso porque a capacitação não compreende somente como lidar com a neurodiversidade, mas sim como integrar essa comorbidade no plano geral de educação para garantir que o acesso à aprendizagem seja igualitário e democratizado.

Por exemplo, no Brasil 77% dos docentes possuem uma educação superior (KASSAR, 2014). Porém, desta cifra, apenas uma parcela pequena é especializada em neurodiversidade. Isso estabelece uma problemática onde não existe mão de obra qualificada suficiente para suprir a demanda apresentada pelas redes de ensino do Brasil. Como consequência, aumenta ainda mais a defasagem de aprendizado das crianças com neurodiversidade, devido à falta de mediadores para acompanhar esse processo de ensino.

A partir da definição de Silva (2006, p. 425), "o estereótipo oferece pronto o conteúdo reduzido e vazio concebido pela pseudocultura bloqueadora da possibilidade de pensar a realidade de forma dialética" compreendemos que a sociedade está vinculada no que diz respeito a segregação social, pois a mesma está familiarizada com comportamentos rápidos favorecendo no fortalecimento de estereótipos e esquemas, causando distanciamento do estranho (CROCHÍK, 1997, p. 19)

Pensando em uma mudança de larga escala, é necessário desenvolver um trabalho estrutural sendo imprescindível iniciar com a importância da educação escolar e a qualidade da aprendizagem. Para que esse ensino seja efetivo é necessário que seja trabalhado a especialização de mediadores, pois eles são responsáveis pela mediação e colaboração da construção sujeito-objeto no que tange ao desenvolvimento do reflexo psíquico da realidade que irá abranger significado de aprendizagem ao indivíduo mediado.

Portanto, além da especialização do mediador em transmitir a reflexão crítica e aprendizagem de qualidade aos mediados, é necessário que haja o acesso de inclusão, para que nesse ambiente possa ser trabalhado de forma igualitária com todos os mediados independente de suas diversidades.

I. REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão escolar mostrou-se como um desafio e exigiu que as escolas revissem suas atitudes perante crianças neuro divergentes. Desta forma, passa a ser oferecido para as crianças o mediador escolar que irá auxiliar no processo de aprendizagem da criança (MOUSINHO, et al., 2010).

Por muito tempo o aluno dito desviante foi excluído e ignorado da escola. No atual cenário, a política da inclusão tem se colocado como uma conduta opondo-se às práticas segregatórias que até então se mantiveram. Todavia, em que nível as escolas têm se desconstruído, se reinventado e otimizado o processo de diferenciação da vida? (VARGAS, et al., 2018)

É necessário problematizar o fato de que as escolas tentam cumprir a exigência da inclusão adequando a criança ao molde de escola tradicional, mantendo sua estrutura íntegra. (VARGAS, et al., 2018) Ou seja, a escola exige que a criança se adeque a ela, não ao contrário.

De modo com que a inclusão aconteça, são contratados mediadores escolares. Em sua grande maioria são estagiários do curso de pedagogia ou psicologia. O mediador escolar irá acompanhar o estudante durante o dia letivo, mediando a relação das crianças com os professores e colegas. Contudo, o mediador escolar não deve substituir o professor regente, mas ser apoio para ele. (VARGAS, et al., 2018)

A grande problemática do mediador escolar no contexto em que são contratados estagiários para este trabalho, é que não há uma preparação, um auxílio ou qualquer apoio para eles, fazendo com que se sintam perdidos, desmotivados e com medo de agir de forma errada.

Em suma, no semestre “Processos educativos e Institucionais” do curso de psicologia, todas as matérias da grade curricular abordam sobre o tema de inclusão e diversidade. Segue a fio a contribuição de cada matéria para com este tema:

- **Psicologia Organizacional e do Trabalho**

Em 1991 foi concebida a lei de cotas para Pessoas com Deficiências (PCDs) que exige que empresas com cem ou mais colaboradores devem preencher uma parte

dos seus cargos com pessoas com deficiência. A problemática é que as empresas contratam essas pessoas apenas para seguir a lei, não possuem uma estratégia de como incluir a pessoa na organização.

Para uma inclusão eficiente é imprescindível não excluir a pessoa do convívio dos outros colaboradores e não os isolarem em setores criados para pessoas com deficiência. (MIRANDA, 2020). É importante que a empresa acredite na capacidade deste indivíduo dando oportunidades para que o mesmo cresça dentro da mesma, fazendo com que se sinta um parte necessária da mesma.

- **Psicologia da Educação e Aprendizagem**

Diante a educação e aprendizagem, a capacitação de mediadores para necessidades específicas de alunos é uma das bases de estudo da Psicologia Educacional, uma vez que esta busca promover ambientes e técnicas que garantam a uniformidade da aprendizagem dos alunos. Se tratando do tópico de Neurodiversidade, tal capacitação se prova ainda mais importante de ser abordada de modo a influenciar positivamente o processo de aprendizagem.

Para compreender quais alterações devem ser feitas pelo mediador para garantir o entendimento de alunos neuro divergentes, devemos antes compreender como estas diferenças cognitivas afetam os alunos. O método de ensino atualmente utilizado foca predominantemente em memorização de fatos, ao invés de experimentação e criatividade. Se este modelo já se demonstra ineficaz quando aplicado em alunos neurotípicos, certamente as disparidades cognitivas dos neurônios divergentes limitam ainda mais a eficácia desse método.

Por isso, deve ser introduzido um novo método, proposto por Reuven Feuerstein em 1950, a Experiência da Aprendizagem Mediada. Esta teoria propõe que existem dois tipos de aprendizagem: a experiência direta, onde o aprendiz entra em contato não mediado com o objeto de estudo, e a experiência mediada, onde um mediador orienta o contato do aprendiz com o objeto de aprendizagem (FEUERSTEIN, 2014).

A experiência direta é o método mais comum de ser utilizado por instituições de ensino, e afirma que a exposição do aluno ao objeto de aprendizagem é o suficiente para garantir a internalização do conhecimento, e que o professor deve somente guiar

de maneira geral o aprendiz sem interferir no seu processo de aprendizagem. Este método se apresenta ineficaz com estudantes neuro divergentes, pois estes necessitam de mais intervenções para compreender o objeto de estudo.

Feuerstein, portanto, estabelece a Aprendizagem Mediada, para melhorar o processo de aprendizado de maneira universal. Nesse modelo, o professor (ou seja, o mediador) deve intervir pessoalmente no processo de aprendizagem de cada aluno de forma a positivamente influenciar seu entendimento sobre o objeto de aprendizagem (GONÇALVES, et al., 2018). Se tratando de Neurodiversidade, a mediação propõe uma solução que crie um ambiente propício para o aprendizado da criança sem isolá-la da sala de aula. Na prática estas tentativas de introduzir alunos neuro divergentes no ambiente comum de estudo por muitas vezes não são feitas corretamente, criando uma disparidade ainda maior na distância de conhecimento entre o aluno e seus colegas. Para evitar tal resultado, a integração do aluno neuro divergente deve ser feita mesclando a interação em sala com o ambiente de estudo necessário para acomodar as necessidades de estudo do aluno. Isso permite que alunos neuro divergentes compreendam a matéria da sala de aula sem serem ostracizados dela por motivos de aprendizado, sendo que o aluno recebe a atenção extra para garantir seu aprendizado sem comprometer a sua participação em sala.

Considerando a aprendizagem como processo de mudança de comportamento, através de experiências construídas por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e culturais e a aprendizagem mediada estrutural como um recurso para alcançar a modificabilidade nas estruturas neurais e conseqüentemente no comportamento.

Sendo o mediador como um holofote, destacando o que precisa ser aprendido, modificando variáveis ambientais, controlando os estímulos, desenvolvendo estratégias válidas e descartando as inapropriadas, proporcionando vivências e construção de novos significados, visando a ampliação de conceitos e repertórios, desenvolvendo a adaptabilidade visando ressignificar as vivências passadas para solução de problemas atuais, a atribuição de valor e retenção de significado ao objeto apreendido, além de validar o conhecimento para com o aprendiz, onde havendo a mudança de comportamento ocorre por conseguinte a modificabilidade cognitiva estrutural.

Nesse ínterim, para que a modificabilidade cognitiva realmente aconteça, é necessário uma relação de mão dupla entre mediador/mediado, sendo o mediador o

responsável por criar ou resgatar em si mesmo e no aprendiz o sentimento de competência para transmitir e receber o conhecimento, proporcionar compartilhamento e cooperação, auto regulação e controle dos comportamentos, assim como o planejamento de objetivos e programa de ensino individualizado(PEI), considerando as singularidades, proporcionando assim melhores e significativas interações. Já o sujeito mediado coopera quanto a estar receptivo e acessível à absorção da aprendizagem e na relação do sujeito consigo mesmo e ambiente à sua volta.

Segundo LIMA (2019, p. 11): existem três características que transformam a interação em experiência de aprendizagem mediada, as quais, juntas, criam no educando o potencial de modificabilidade estrutural, independentemente de suas condições raciais, culturais, socioeconômicas ou orgânicas. São elas:

- **Intencionalidade/Reciprocidade:** Necessidade de carregar o objeto de ensino de intenção, valor e emoção. Considerando que a emoção proporciona e desperta maior estado de alerta e por conseguinte maior abertura e disposição a absorção da aprendizagem.
- **Significado:** é quando o mediado analisa, sistematiza, compreende, interpreta e aplica de forma pessoal aquilo que foi aprendido, carregando-o com suas próprias cargas emocionais.
- **Transcendência:** a habilidade de modificar o que é aprendido e aplicar para todas as áreas da vida, proporcionando a generalização, relacionando conhecimentos e princípios adquiridos em vivências passadas a novas circunstâncias a fim de modificá-las ou resolvê-las.

Demonstra-se de legítima importância a inclusão das teorias de Feuerstein dentro da esfera de conhecimento dos mediadores, pois este modelo reconhece as capacidades de cada estudante, mas também denota as limitações pessoais e cognitivas de cada um, buscando criar um modelo de ensino que possa verdadeiramente englobar e incluir a todos considerando-os singulares, proporcionando reflexões e não mera replicação de conteúdos e comportamentos.

- **Processos e Intervenções Grupais**

Na prática de processos de intervenções grupais e familiares, é possível afirmar que ela pode contribuir com o processo de capacitação de mediadores no contexto escolar. Pichon-Rivière (2000) apresenta a dinâmica de grupo operativo, que é um dispositivo grupal centrado na tarefa, o que propicia refletir sobre determinada experiência afetiva e cognitiva que está em curso. Para Rivière, o objetivo dos agrupamentos sociais seria o de adquirir maior segurança e produtividade, tornando possível através dos vínculos a convivência e a tarefa em comum. Trabalhos realizados nesse sentido indicam que a intervenção psicopedagógica grupais, como proposta de facilitar o acesso à aprendizagem, auxilia o indivíduo a encontrar o prazer de aprender. Nesse contexto, Bartholomeu et al afirma que fatores afetivos e motivacionais estão relacionados com o rendimento do aluno e com as manifestações de dificuldade de aprendizagem.

Considerando que a aprendizagem se dá no contexto sociocultural e que as relações entre os indivíduos são fundamentais para este processo, trabalhar a prática psicopedagógica em grupo permite múltiplos ganhos para o aprendiz. Os grupos operativos podem ser aplicados nos mais diversos contextos, o que varia basicamente é a tarefa grupal. Sendo assim, pode ser aplicado no âmbito escolar no sentido de auxiliar na capacitação e nas práticas pedagógicas .

No plano de ensino-aprendizagem, o grupo constitui um campo no qual se opera enquanto se aprende a reconhecer conflitos, identificar recursos, potencializar a capacidade criativa e de superação de obstáculos. O propósito primordial do grupo operativo é permitir a produção de um conhecimento que se pode adquirir por meio da convivência grupal. No mesmo, com finalidade de ensino-aprendizagem, os participantes trabalham concretamente sobre um determinado tópico e o fazem enquanto se desenvolve suas interações.

Além disso, a aplicação do grupo operativo no contexto educacional torna-se relevante visto suas potencialidades na promoção e transformação dos vínculos (Camiel, 2008). No espaço de interação, o grupo começa a se dedicar à tarefa e representar uma zona de convergência de interesses em comum ou semelhante. Sendo assim, pode-se usar técnicas grupais para desenvolver habilidades e capacidades em educadores e/ou mediadores.

Segundo Dias (2011), a teoria sistêmica irá contribuir para a percepção onde a família concerne na formação de diferentes modelos familiares presentes em um sistema interacional e seus subsistemas, onde ocorrem compartilhamento de interações, relação afetiva, cognitiva e social entre seus membros e com a comunidade. Isso contribui para as etapas de seu ciclo vital onde são atribuídos aspectos de desenvolvimento que favorece na formulação de concepções individuais, do grupo e transgeracional, ou seja, culturas e valores transmitidos por seus progenitores que em seguida dão continuidade no fornecimento de costumes e informações entre seus membros (McGoldrick).

Por ser o primeiro espaço interacional do indivíduo, pais ou responsáveis se tornam figuras importantes de representação e importantes no processo de desenvolvimento, sendo eles os agentes de influência sociocultural (Lima 2018). É imprescindível que os responsáveis possam atuar como bons mediadores para que os valores de empatia e inclusão sejam atribuídos logo de início para que posteriormente possam exercer um bom convívio e integração na sociedade.

A capacitação de mediadores também se faz necessário para que possa ser desenvolvido um trabalho individual em crianças e também promover uma dinâmica lúdica e social com todos do grupo. É previsto que os próprios integrantes da família possam causar a exclusão da pessoa com deficiência cujo acontecimento é causado pela falta de aceitação ou falta de informação Lizasoain e Onieva (2010). Portanto é importante que a família e todos da comunidade exerçam participação e protagonismo no meio público.

- **Psicologia Jurídica**

A exclusão escolar pode acontecer em várias facetas e situações, como ocorre com a questão do adolescente infrator e sua reinserção na sociedade. A delinquência dos jovens vem sendo um assunto cada vez mais discutido, e suas causas e consequências são multifatoriais. Mas o que muitas vezes acaba não sendo levado em conta, é como o estigma da criminalidade fica estampado nesses jovens, o que contribui para uma discriminação da comunidade, em especial em espaços escolares.

Segundo Gentle:

A escola como espaço educativo e cultural envolve diferentes sujeitos a modo de vida, saberes e práticas, possibilitando, assim, o desenvolvimento integral dos sujeitos. Como espaço de formação escolar e de cidadania, a escola é um lugar de interação de crianças e adolescentes com o mundo da educação formal. Neste sentido, ela possibilita um leque amplo de trocas simbólicas e culturais, afetivas e sociais, de informações e conhecimentos. (2013, p. 120)

Com isso, mostra-se a importância das trocas culturais em ambientes escolares, e como é de extrema importância para que crianças e adolescentes conheçam outras vivências além das próprias. Mas o que acontece é uma exclusão com adolescentes já passados por centro de medidas socioeducativas, como a Fundação CASA (Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente). Assim como ocorre no interacionismo simbólico dado por Goffman e Becker (2008), ocorre um processo de etiquetamento desses jovens, onde as expectativas são colocadas neles como seres incapazes de obter uma boa educação, sendo muitas vezes separados dos demais estudantes, esperando que a reincidência dos delitos volte a acontecer. Assim, torna-se essa expectativa social uma aliada na perpetuação da delinquência, por já se esperar algo desses jovens, aproximando esses sujeitos rotulados e excluindo-os no ambiente educacional.

Além disso, na psicologia forense, segundo Lombroso (1876), um mal que afeta a sociedade é esse processo de rotulação das pessoas, seja por qual motivo for, (raça, cor, religião, gênero) isso acaba por segregar o indivíduo, levando-o muitas vezes a acreditar ser o que foi rotulado, devido a não achar outra saída, justamente pelo isolamento em que se encontra. Essa situação gera grandes prejuízos para esse grupo estigmatizado, fazendo-os muitas vezes reincidir sobre delitos e perpetuar um caminho que não seria de suas escolhas conscientemente. Como também o prejuízo social é de igual proporção, aumentando o número de pessoas sem oportunidades, e, conseqüentemente, se encontrando à margem da sociedade, resultando em um ciclo de segregação e déficits cada vez maiores para todo o sistema.

Diante dessa perspectiva a capacitação dos professores também entra nesse meio, para que consigam ter uma visão abrangente de todo o sistema e levar em consideração outras vivências das crianças e adolescentes que passam pela instituição, que podem não ter as mesmas oportunidades de vida que a maioria.

II. OBJETIVOS

Coletar informações e montar um referencial teórico a modo de fazer a composição de um site que transmita as informações sobre inclusão para a população. Ainda mais, levar maior conscientização sobre esse assunto, e aumentar o repertório de conhecimento dos mediadores, para garantir um processo mais acolhedor nas instituições educacionais.

III. METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em rede de dados tais como Scielo, Periódico e Pepsic, com o objetivo de levantar informações relevantes que propiciem auxiliar no objetivo de levar informações aos mediadores e educadores, sobre possíveis intervenções em âmbito escolar. Com essa base, o assunto foi desenvolvido dentro das unidades de estudo deste semestre: psicologia organizacional, psicologia da educação, psicologia jurídica e intervenções grupais e familiares.

Nesse contexto, foi preparado material para apresentação em site construído juntamente com estudantes de pedagogia, o material foi adaptado em linguagem popular para que possa ser consultado e compreendido pela população.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos estudos, dados coletados e do site desenvolvido, prover ferramentas que auxiliem os mediadores a compreenderem como propriamente atender as demandas de alunos com neuro divergência, apresentando formas de realizar a inclusão com excelência e fazendo com que os mediadores sintam segurança e confiança ao lidar com as crianças.

VI. REFERÊNCIAS

Bartholomeu D, Machado AA, Bartholomeu LL, Montiel JM, Gomes AR. **Aprendizagem na escrita e ansiedade acadêmica**: focos relacionais das dificuldades. Educação. 2010; 3(3):20-38.
<https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaEducacao/article/view/777>

Carniel, I. C. (2008). **Possíveis intervenções e avaliações em grupos operativos**. *Revista da SPAGESP*, 9(2), 33-38.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702008000200006

FARIA, Aline Moraes; FIORE, Miriam Rodrigues. **A escola na Fundação CASA e o seu papel com a sociedade ontem e hoje**, 2015. Disponível em:

https://issuu.com/famesp/docs/a_escola_na_fundacao_casa_e_seu_papel

FARIA Paula; CAMARGO Denise. As emoções do Professor Frente ao Processo de Inclusão Escolar: Uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000200005>

FEUERSTEIN, Reuven, et al. *Além da inteligência: Aprendizagem mediada e a capacidade de mudança do cérebro*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014

GOLDRICK Mc. **Estrutura e Dinâmica Familiar de um Filho com Deficiência Intelectual**. Brasília, p 6, 8, 12, 2019. Disponível em:

<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pic/article/download/6345/4364>

GONÇALVES, J. E; RICHARTZ T. (2018). Aplicabilidade da teoria da experiência da aprendizagem mediada de reuven feuerstein na educação a distância. **Revista Psicopedagogia**, vol. 35, nº 107, pp. 203-216. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862018000200008&lng=pt&nrm=iso

KASSAR Mônica. A formação de professores para a educação inclusiva e os possíveis impactos na escolarização de alunos com deficiência. **Cadernos Cedes**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/V9C4DP9Fq9bWBcXszfWsWJC/abstract/?lang=pt#>

MAZZOTA Marcos; D'Antino Maria. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. **Revista Saúde e Sociologia**. São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/sausoc/2011.v20n2/377-389/#ModalArticles>

MIRANDA Eulália. Dificuldades na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**. v1, 2020. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20220223141831id_/https://revistas.unipacto.com.br/storage/publicacoes/2020/413_dificuldades_da_inclusao_de_pessoas_com_deficiencia_no_mercado_de_trab.pdf

MOUSINHO R, Schmid; MESQUITA F, PEREIRA J, MENDES L, SHOLL R, et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Rev. Psicopedagogia** 2010;27(82):92-108 Disponível em:

<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/223/mediacao-escolar-e-inclusao-revisao-dicas-e-reflexoes>

Pichon-Rivière E. O processo grupal. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 1988.

SANTOS, Jhonathan Marques. **Os reflexos da teoria do Labelling Approach (Etiquetamento Social) na ressocialização de presos**, 2019. Disponível em:

<https://esa.oabgo.org.br/esa/artigos-esa/direito-penal/os-reflexos-da-teoria-do-labelling-approach-etiquetamento-social-na-ressocializacao-de-presos/>

SANTOS, Manoel Antônio dos et al . Grupo operativo com professores do ensino fundamental: integrando o pensar, o sentir e o agir. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 17, n. 1, p. 39-50, 2016 . Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100005 Acesso em :29/10/2022

SILVA Luciene. O estranhamento causado pela deficiência: Preconceito e experiência. **Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós Graduação e Contemporaneidade**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PHRtMWsRczTyhHHfLfQ3Csj/?format=pdf&lang=pt>

SQUILANTE, Debora Luz; VIZIOLI, Rebeca Soares Príncipe; MANTOVANI, Carina Cella Panaia. Mediação em grupo de crianças com dificuldades de aprendizagem: revisão da literatura. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 37, n. 114, p. 383-391, dez. 2020 . Disponível em

[:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862020000300010) .Acesso em: 29/10/2022

VARGAS Thamyres; RODRIGUES Maria. Mediação escolar: Sobre habitar o entre. **Revista Brasileira de educação**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/s8SxgsjHKgdg7bRPnm6chTr/?format=html>

LIMA Patricia; DICKEL Adriana. **Reuven Feuerstein e a teoria da modificabilidade cognitiva estrutural: conceitos e implicações educacionais**. 2019. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/handle/riupf/1705> . Acesso em: 29/10/2022.

